

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Nº 111, DE 30 DE OUTUBRO DE 2024**

**COMITÊ DE INVESTIMENTOS – IPASP**

Às dez horas do dia trinta de outubro de dois mil e vinte e quatro, na sede do IPASP, reuniu-se o Comitê de Investimentos, com a presença do Senhor Antônio Carlos Schiavon, Presidente do Instituto, da Senhora Márcia Adriana Rodrigues, assessora de gabinete, do Senhor Leonardo Rombola de Souza Martins, Gestor dos Recursos Financeiros do Regime Próprio de Previdência Social, do Senhor Marcel Gustavo Zotelli, Conselheiro do Instituto e do Senhor Douglas Sarti Toledo, Conselheiro do Instituto. A presente reunião teve a seguinte pauta: **discussão sobre o cenário econômico; resultados do mês anterior; alocações de recursos; acompanhamento dos investimentos recentes.** A reunião iniciou-se com a apresentação do relatório mensal. Em seguida foi apresentada discussão sobre o panorama de setembro: em setembro, o mercado apresentou uma postura mais cautelosa, em contraste com o otimismo moderado observado em agosto. O cenário global foi impactado por incertezas quanto à continuidade da política monetária restritiva nos Estados Unidos, especialmente após novos dados robustos do mercado de trabalho americano, que reacenderam receios de uma possível recessão americana. A economia americana, entretanto, ainda demonstra resiliência, com inflação se mantendo controlada e projeções do PIB americano permanecendo positivas. Com isso, o FED surpreendeu ao reduzir os juros de maneira mais acentuada do que o previsto (-0,5%), buscando mitigar os riscos de desaceleração econômica e incentivar o consumo. A expectativa era que essa queda aumentasse a atratividade de ativos de risco, impulsionando o mercado global de ações, especialmente os mercados emergentes como o brasileiro. No entanto, o efeito positivo não se concretizou no Ibovespa. Entre os principais motivos estão as incertezas fiscais no Brasil e a política fiscal expansionista do governo, que elevaram o receio dos investidores em relação ao equilíbrio das contas públicas. A combinação desses fatores manteve a aversão ao risco elevada, limitando a entrada de capital estrangeiro e prejudicando o desempenho da bolsa local, que encerrou o mês em queda. No cenário nacional, embora os indicadores de atividade econômica e mercado de trabalho tenham se mantido relativamente sólidos, o Banco Central optou por aumentar a taxa Selic (10,75%) em resposta à persistência da inflação e à depreciação do real frente ao dólar alto. A decisão deixou claro a possibilidade de novas altas nas próximas reuniões e buscou ancorar expectativas inflacionárias e evitar a desancoragem dos preços à meta, especialmente diante do impacto das políticas fiscais mais frouxas do governo. O aumento da taxa de juros beneficiou o mercado de renda fixa, tornando ativos atrelados ao CDI e prefixados mais atrativos, o que contribuiu para um maior fluxo de recursos para esses investimentos. Por outro lado, a alta da Selic aumentou os custos de financiamento e afetou negativamente a renda variável, com o Ibovespa registrando um desempenho mais fraco devido à menor disposição dos investidores para ativos de risco, além da preocupação com o cumprimento das metas fiscais e com o aumento da dívida pública, que continuaram reforçando um sentimento temeroso do mercado de aumento das taxas de juros futura e pressão inflacionária. À vista disso, o IPCA teve alta de 0,44%, enquanto o CDI registrou um avanço de 0,83%, acumulando 7,97% no ano. Entre os índices de renda fixa: o IMA-B recuou 0,67%, refletindo maior sensibilidade a expectativas inflacionárias, e o IRF-M, que acompanha títulos prefixados, obteve uma valorização de 0,34%. Na renda variável, o Ibovespa encerrou o mês com queda de 3,08%, acumulando uma perda de 1,77% no ano. Nos mercados internacionais, os ativos tiveram desempenhos distintos: o S&P 500 subiu 2,02%, impulsionado por boas expectativas econômicas nos Estados Unidos, enquanto o Global BDRX caiu 0,21%, refletindo volatilidade e ajustes de mercados globais diante da queda dos juros americanos. O resultado do mês para o instituto ficou abaixo da meta mensal, alcançando valorização de 0,40% em relação à meta de 0,85%. No acumulado anual, atingimos 6,52%, um pouco aquém da meta projetada de 7,18%. Para aproximar os resultados da meta necessária, considerando o cenário atual, será essencial adotar uma estratégia ativa de alocação de ativos, buscando oportunidades mais atrativas na renda fixa, dado o ambiente de juros elevados, e mantendo uma exposição seletiva à renda variável. A diversificação internacional também pode ser explorada para mitigar riscos locais e aproveitar a recuperação do mercado de ações globais, diante da queda dos juros americanos. Após isso, houve discussão sobre esse cenário e possíveis mudanças necessárias. Conversamos sobre as visitas do/da: Paulo Rogério, responsável pela área de investimentos para RPPS da administradora e gestora Banco Bradesco; Angélica Santiago, responsável pela área de investimentos para RPPS da administradora e gestora Banco Santander; Vithoria Lechuga, responsável pela área de investimentos para RPPS da administradora e gestora BTG Pactual. Os três trouxeram análise de cenário macroeconômico, que deixaram claro a atratividade da renda fixa, além de sugestões de investimentos. Verificamos os boletins e relatórios mensais financeiros e estratégias de alocação para o mês seguinte, que reafirmaram proteger a carteira visto o cenário macroeconômico presente com juros altos. Os boletins sugeriram alocação em índices ligados ao CDI, renda fixa pós-fixadas ao IPCA, títulos públicos e letras financeiras. Portanto, decidimos manter as Contribuições Previdenciárias referente ao mês de outubro nos índices ligados a renda fixa, especialmente o CDI, com melhores rentabilidades e menor volatilidade no curto prazo. Referente às alocações/realocações decididas anteriormente e conforme ata anterior: diminuição da exposição nos fundos ligados ao IMA-B, IRF-M e IRF-M1+, e, com base na rentabilidade fraca do IMA-B5 e IRF-M1 naquele momento, foi favorável a aplicação nos fundos CDI de cada banco, assim houve resgate de R\$ 700.000,00 do

fundo SANTANDER IRF-M (CNPJ: 13.455.197/0001-03) e resgate de R\$ 2.500.000,00 do fundo SANTANDER IMA-B PREMIUM (CNPJ: 14.504.578/0001-90), que foram realocados no fundo SANTANDER DI INST PREMIUM (CNPJ: 02.224.354/0001-45); resgate de R\$ 2.500.000,00 do fundo BB IRF-M 1+ (CNPJ: 32.161.826/0001-29) e resgate de R\$ 2.000.000,00 do fundo BB PREVIDENCIARIO RF IRF-M (CNPJ: 7.111.384/0001-69), que foram realocados no fundo BB RF LP TESOIRO SELIC (CNPJ: 04.857.834/0001-79); resgate de R\$ 2.000.000,00 do fundo CAIXA FI BRASIL IMA-B TP RF LP (CNPJ: 10.740.658/0001-93) e resgate de R\$ 400.000,00 do fundo CAIXA FI BRASIL IRF-M 1+ RF LP (CNPJ: 10.577.519/0001-90), que foram realocados no fundo CAIXA FI BRASIL TITULOS PUBLICOS RF LP (CNPJ: 05.164.356/0001-84); resgate de R\$ 1.300.000,00 do fundo SICREDI FI INSTITUCIONAL RF IRF-M LP (CNPJ: 13.081.159/0001-20), que foi realocado no fundo SICREDI FIRF LIQUIDEZ EMPRESARIAL REF DI (CNPJ: 24.634.187/0001-43); resgate de R\$ 1.500.000,00 do fundo SAFRA IMA INSTITUCIONAL (CNPJ: 30.659.168/0001-74) e realocação no fundo SAFRA NTN-B VERTICE 2026 (CNPJ: 56.225.663/0001-69), que naquele dia estava com taxa de IPCA+6,80%. Também houve a liquidação do resgate do fundo ITAÚ INSTITUCIONAL PHOENIX FIC AÇÕES, no valor de R\$ 774.508,04, que foi realocado no fundo ITAÚ INSTITUCIONAL GLOBAL DINAMICO FIC RENDA FIXA LP (CNPJ: 32.972.942/0001-28). Considerando a alta recente dos índices de letras financeiras, levando em conta a análise da carteira feita pela consultoria e conforme decidido nas reuniões passadas, foi cotado LETRAS FINANCEIRAS de até três anos entre cinco instituições: BTG PACTUAL, BRADESCO, SANTANDER, DAYCOVAL E SAFRA, bancos já credenciados e de baixo risco de crédito, entre essas a BTG PACTUAL apresentou a melhor rentabilidade, com IPCA+7,14% para o ano de 2027, com isso foi aplicado o valor de R\$ 3.000.000,00 em LETRAS FINANCEIRAS nessa instituição. Referente a alocações e realocações futuras, foi tratado sobre a questão fiscal nacional e seus resultados nos diversos âmbitos dos investimentos, além disso a queda dos juros americanos não impulsionou o que se esperava na bolsa brasileira, o que demonstrou que, no cenário atual, a B3 é influenciada e depende das ações governamentais para conter gastos. Além disso, o BACEN deixou claro que é preciso que o governo contenha gastos para que aja afrouxamento monetário, além de uma presença mais neutra do dólar/real. Em relação dos fundos de renda fixa, observa-se o que já se esperava, uma volatilidade dos IMAS's e dos IRF-M's, especialmente aqueles na parte mais longa da curva, que sofrem com as pressões inflacionárias e possíveis aumentos da Selic futura. Com isso, foi analisado que os fundos de renda fixa diretamente ligado ao CDI e títulos públicos pós-fixados tendem a se beneficiar ainda mais nesse cenário. Os investimentos no exterior, entre eles bolsa americana, multimercados e BDR's, estão apresentando resultados até então positivos em outubro, com foco nos bons resultados da economia americana e do aumento do dólar frente ao real, fator este responsável por elevar a rentabilidade dos fundos BDR's, no entanto foi decidido manter os aportes e atenção quanto ao futuro destes índices, visto a imprevisibilidade das eleições americanas e a possibilidade de uma possível queda brusca do S&P 500, já que os especialistas preveem queda do índice em relação aos títulos do Tesouro norte-americano e mostram que o índice está em máximas históricas, demonstrando certa dúvida com relação a continuidade desta alta. O IBOVESPA ainda pende à volatilidade, já que permanecem dúvidas quanto ao cenário de risco fiscal nacional, embora os estímulos da economia chinesa e o provável anúncio de cortes de gastos pelo governo talvez traga uma alta do índice até o final do ano, preferimos manter os aportes visto as incertezas quanto ao cumprimento das metas fiscais. Desse modo, sobre realocações, decidimos manter nossas estratégias e adotar uma estratégia ativa de alocação/realocação de ativos que busquem oportunidades na renda fixa, a diversificação entre os próprios fundos DI, letras financeiras e fundos vértice e a diminuição da exposição aos IMA's, IRF-Ms e Gestão Duration (que já foi realizado), além de manter uma exposição seletiva à renda variável. A diversificação internacional também pode ser explorada, porém decidimos manter os aportes visto dúvidas quanto ao cenário eleitoral americano. Em relação a alta das taxas dos títulos públicos IPCA+, foi visto a possibilidade de alguma alocação possível pela ALM (Asset Liability Management) e PAI (política de investimentos) de 2024, mas ficamos à espera de novo estudo de ALM, que está em processo de contratação da empresa prestadora do serviço. Houve convocações de assembleias de fundos e parecer técnico da consultoria Crédito e Mercado acerca da aprovação/reprovação: SANTANDER GLOBAL EQUITIES DÓLAR MASTER INVESTIMENTOS NO EXTERIOR FIC MULTIMERCADO (CNPJ: 17.804.792/0001-50), no qual a pauta foi a alteração do público-alvo para investidores em geral, para adequação à Resolução CVM nº 175, e recebeu parecer positivo da consultoria; GUEPARDO VALOR INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO DE AÇÕES (CNPJ: 38.280.883/0001-03), no qual a pauta foi a mudança do administrador do fundo que passará a ser a BTG PACTUAL, pauta com parecer favorável da consultoria; TARPON GT INSTITUCIONAL I FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES (CNPJ: 35.726.741/0001-39) e TARPON GT INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES (CNPJ: 39.346.123/0001-14), nos quais a pauta foi a alteração da responsabilização dos cotistas perante a Classe que agora será de RESPONSABILIDADE LIMITADA, significando que os cotistas não serão responsáveis por cobrir perdas além do valor por eles subscrito em caso de eventual patrimônio líquido negativo do fundo, pauta também aprovada pela consultoria. Atualizando-se a cerca dos fundos estressados: o fundo GERAÇÃO DE ENERGIA FIP MULTIESTRATÉGIA (CNPJ: 11.490.580/0001-69) apresentou atualizações acerca da contratação de empresa para o processo de financiamento



## Instituto de Previdência e Assistência Social dos Funcionários Municipais de Piracicaba

da ação de responsabilização contra o antigo gestor e administrador do fundo, que até então será a empresa QANLEX, na qual concluiu a diligência e sugeriu ajustes no contrato que estão sendo analisados; houve convocação de assembleia do fundo FIDC TREND BANK BANCO DE FOMENTO – MULTISSETORIAL (CNPJ: 08.927.488/0001-09), da qual trata de duas pautas: prorrogar o plano de liquidação do fundo para até três anos, pauta com parecer positivo pela consultoria; e aprovação das demonstrações financeiras de 2023, no qual demonstra que a liquidação antecipada do fundo indicava incerteza e levantava dúvidas quando a capacidade de continuidade operacional do fundo, pois o administrador não apresentou ao auditor os documentos solicitados, portanto tal pauta recebeu parecer negativo da consultoria; houve convocação de assembleia do fundo HAZ FII – ATCR11 (CNPJ: 14.631.148/0001-39) sobre a aprovação das demonstrações financeiras do segundo trimestre de 2024, pauta com parecer favorável pela consultoria. Diante das notícias do dia 28/10/2024 ligando o distribuidor Empire Capital, dos nossos fundos TARPON e GUEPARDO, à até então suposta ligação criminosa com outros institutos, decidiu-se sobre o resgate dos fundos TARPON GT INSTITUCIONAL I FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES (CNPJ: 35.726.741/0001-39) e TARPON GT INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES (CNPJ: 39.346.123/0001-14) e retirada de rendimentos do fundo GUEPARDO VALOR INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO DE AÇÕES (CNPJ: 38.280.883/0001-03). Não verificou-se novos credenciamentos. Por fim, os membros aprovaram os resgates para pagamento de benefícios e as aplicações realizadas referentes ao mês de setembro de 2024. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, para a qual eu, Leonardo Rombola de Souza Martins, lavei por mim e pelos membros.

Antônio Carlos Schiavon  
Presidente do IPASP

Márcia Adriana Rodrigues  
Assessora de Gabinete

Leonardo Rombola de Souza Martins  
Gestor de Recursos Financeiros

Douglas Sarti Toledo  
Conselheiro do IPASP

Marcel Gustavo Zotelli  
Conselheiro do IPASP